

# COMUNICADO

## ERSE aprova Regulamento de Relações Comerciais comum para a eletricidade e o gás

A ERSE aprovou o novo Regulamento de Relações Comerciais (RRC), que pela primeira vez é comum para a eletricidade e para o gás. O novo RRC foi profundamente reorganizado, tanto pela fusão de normas dos dois setores, como para poder estar mais focado no consumidor de energia. O novo RRC incorpora ainda novidades quanto ao processo de contratação (mais seguro e fiável para os consumidores) e está articulado com o desenvolvimento do autoconsumo ao prever novas formas de concretização dos relacionamentos nos dois setores.

O RRC concretiza a forma como os vários intervenientes nos setores elétrico e do gás, se relacionam entre eles e com os clientes e consumidores. Estabelece regras, por exemplo, sobre os **contratos de fornecimento** (processo de contratar, obrigações de informação, conteúdo, duração, alterações e fim do contrato), conteúdo e periodicidade da **fatura** (apuramento, prazos e meios de pagamento), **leitura e medição** da eletricidade e do gás, **interrupções** de fornecimento e o seu **restabelecimento**, o estabelecimento de **ligações** (físicas) às redes, ou mesmo a forma de **reclamar** e de **resolver conflitos** de consumo.

O RRC aplica-se em todo o território nacional e tem regras específicas para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira por serem sistemas insulares. Este RRC tem duas novidades principais:

- **Consolidação de regras para a eletricidade e para o gás** - este é o primeiro RRC comum aos dois setores, sistematizando assuntos de forma integrada, sem deixar de tratar as especificidades de cada setor. É facilitada a consulta e a compreensão das regras de relacionamento comercial, até agora dispersas em dois regulamentos autónomos, possibilitando um melhor conhecimento, aplicação e verificação.
- **Organização focada no consumidor** – este RRC tem uma profunda reorganização, apresentando, em primeiro lugar e de forma sistematizada, todas as disposições de relacionamento comercial que envolvem os consumidores – da ligação à rede, à contratação, faturação e regras de medição e contagem de energia.

Entre as alterações que visam reforçar os direitos dos consumidores no fornecimento de serviços públicos essenciais, destacam-se:

- **Contratação** – são reforçadas as condições de verificação que devem ser seguidas na celebração de contratos de fornecimento de eletricidade e/ou de gás, procurando comprovar de forma mais evidente, sem burocracias excessivas, que quem celebra o contrato pode e pretende fazê-lo.
- **Interrupção** de fornecimento na eletricidade – é introduzida a possibilidade de reduzir a potência contratada, antes de se concretizar a interrupção de fornecimento, permitindo, por exemplo, que situações de cortes devidos a não pagamentos por um lapso do cliente sejam evitados.
- **Suspensão de pagamento de acesso às redes** - passou a prever-se, em caso de interrupção, a suspensão da faturação dos encargos com o acesso às redes, o que, além de permitir uma mais nivelada partilha de riscos entre os operadores de rede e os comercializadores, desonera os consumidores interrompidos do pagamento de encargos fixos.

Mas o novo RRC traz também novidades na forma como se tratam aspetos como:

- **Autoconsumo** – são introduzidas, de forma harmonizada com a regulamentação específica para o autoconsumo, regras do relacionamento comercial em autoconsumo e a previsão dos novos conceitos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia.
- **Agregação e representação** – faz-se uma distinção clara dos conceitos de agregação e representação (de consumo e de produção), com implicações nos direitos e obrigações regulamentares e comerciais das entidades que atuam como tal.

A ERSE colocou a proposta de fusão dos Regulamentos de Relações Comerciais (RRC) dos setores elétrico e do gás em consulta pública (Consulta Pública n.º 81), de acordo com os seus Estatutos. A consulta pública, beneficiou de um prazo excepcionalmente alargado, pela especial maior complexidade da revisão, associada à situação de pandemia. O processo de [consulta pública da revisão regulamentar do RRC](#) incluindo as 32 respostas e pareceres dos Conselho Consultivo e Conselho Tarifário está acessível no site da ERSE.

O regulamento agora aprovado já incorpora as alterações legislativas que, entretanto, ocorreram e que, sendo direta decorrência da lei, permitiram atualização.

Aceda também ao [ERSE explica sobre o RRC](#).

Lisboa, 17 novembro de 2020